



Gotad'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXI – Nº 09 – 08 de abril de 2019

ACERVO SINDAE

Negociações começam na Emasa, Cerb e BRK Jaguaribe enquanto acordos são fechados nos Saaes

PARCEIRA PÚBLICO-PRIVADA É PRIVATIZAÇÃO DESFARÇADA



Entrou na etapa mais avançada a nossa campanha salarial e dois novos acordos coletivos foram fechados, dessa vez com os Saaes de Sento Sé e Casa Nova. Eles tiveram aprovação da categoria em assembleias realizadas na semana passada. Enquanto a BRK discutiu como deve ser o processo de negociação, a Cerb fechou 6 cláusulas e o acordo de preservação da data-base. A Emasa, de Itabuna, surpreendeu ao apresentar uma proposta na primeira reunião, mas está abaixo do esperado. Nesta quarta (10) está prevista a primeira negociação com a Embasa. **PÁGINAS 3 e 4**

SINDAE QUESTIONA GOVERNADOR SOBRE PROPOSTA DE PPP E COBRA DIÁLOGO
PÁGINA 2

EMBASA DESDENHA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM CASO DE ASSÉDIO MORAL
PÁGINA 3

COM DOIS MESES SEM SALÁRIOS, TRABALHADORES (AS) DE PILÃO ARCANO PODEM DECRETAR GREVE
PÁGINA 3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia – SINDAE, convoca os interessados, empregados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Pilão Arcado, para a **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 12/04/2019, às 08:00 horas, na Sede do SAAE, em primeira convocação com a presença de 10% ou em segunda, meia hora após, com qualquer número, para deliberar sobre: 1. Aprovação de Greve de 48 horas por não pagamento de salário e férias dos empregados, caso o SAAE não regularize essa situação.

Salvador, 05 de abril de 2019.

Grigorio Maurício dos S. Rocha – Secretário Geral

Sindae questiona governador sobre proposta de PPP e cobra diálogo



Ao lançar o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, na última sexta (5), o governador Rui Costa voltou a falar de algo que tomou gosto: a defesa da privatização da água. Onde quer que ela vá defende o uso da parceria público-privada (PPP), uma forma disfarçada de privatizar. Ele simplesmente não dá ouvidos para quem aponta com dados técnicos e econômicos que esse mecanismo, apesar de apresentar resultados em outros setores, será extremamente nocivo para o saneamento básico e, conseqüentemente, para a população que precisa dos serviços de água e esgotamento sanitário.

No último sábado (6), durante a inauguração de uma avenida em Salvador, dirigentes do Observatório do Saneamento Básico da Bahia e do Sindae cobraram diálogo do governador, lembrando que foi entregue a ele via protocolo, no final do ano passado, um estudo técnico sob o título “O Saneamento Básico que queremos para a Bahia”, listando propostas para o setor e citando inúmeros problemas decorrentes do uso de PPP nesse segmento de serviços públicos essenciais.

O estudo mostra que é uma falácia o argumento de que PPP é alternativa para a falta de dinheiro. Análise feita pelo governo do Rio de Janeiro, em 2005, demonstra que essas parcerias exigem contratos complexos, que resultam em inúmeros conflitos de interesse, vários ajustes financeiros (aumentos), e o financiamento exige pagamento de juros elevados, bem maiores que as taxas cobradas ao setor público pelos bancos de fomento econômico.

O documento entregue ao governador cita ainda que, nas parcerias público-privadas, não é a empresa privada que se endivida



com o financiamento, nem cabe a ela oferecer a garantia, mas ao ente público. Ou seja, cai por terra o argumento de que essa parceria é alternativa para a busca de recursos e a realização de obras no setor. Vale ressaltar ainda que estudo do BNDES mostra que a modelagem (definição de todos os detalhes) do contrato de PPP é muito demorada, cerca de 4 anos, mais do que o dobro do tempo de contratos executados diretamente pelo ente público, seja com licitação ou não.

A própria Embasa paga caro pela PPP que resultou no emissário submarino da Boca do Rio. Estudos internos da empresa indicam que se ela tivesse construído a obra e estivesse operando o custo seria a metade do que paga hoje. Sem contar no fato de que essa PPP é fruto de um contrato escandaloso, firmado nos últimos dias do Governo Paulo Souto com a Odebrecht: originalmente custando R\$ 738 milhões, em dezembro de 2006, teve redução de R\$ 119 milhões no seu valor ainda no começo de 2007, após auditoria feita no Governo Jaques Wagner.

Para fazer esse contrato a Embasa teve de oferecer garantias, que incluíram a “parte boa” dos consumidores, ou seja, a arrecadação referente a setores de baixa inadimplência das contas. Caso tenha de fazer uma nova PPP, o que tem a oferecer por garantia? Qual a garantia que o Governo do Estado vai oferecer como contrapartida? Dessa forma, esse tipo de contrato pode, sim, inviabilizar a sobrevivência da empresa no médio e longo prazos.



Saaes tomam a dianteira na campanha salarial e fecham acordos

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos municípios, os Saaes de Casa Nova e Sento Sé já se anteciparam aos demais e fecharam acordos coletivos de trabalho na semana passada. Agora, tudo vai depender da aprovação do projeto de lei a ser encaminhado para a Câmara de Vereadores. Outras autarquias da Região Norte estão iniciando as negociações da campanha salarial.

Em Casa Nova, a assembleia de aprovação do acordo coletivo aconteceu na última sexta (5), com os (as) trabalhadores (as) aceitando a proposta de 4,5% de reajuste salarial a partir de maio, mais 1,5% a título de promoção por antiguidade, a ser concedido sobre a folha salarial de julho. As demais cláusulas seguem conforme o acordo coletivo anterior.

Em Sento Sé também foi fechado o acordo, e isso ocorreu em assembleia realizada na última segunda (dia 1º), e prevê 5% de reajuste a partir de maio, visando corrigir a inflação anual. Fica mantido o restante



do acordo anterior. O entendimento nessa autarquia foi facilitado pelo gestor Alécio Bispo, ex-diretor do Sindicato.

Ainda na Região Norte, duas negociações previstas para a semana passada nos Saaes de Juazeiro e Remanso foram adiadas. O Sindicato vai tentar fazer a primeira negociação com essas autarquias ainda esta semana. Nas demais regiões do estado o Sindicato vem buscando a abertura das negociações.

Embasa desdenha de investigação do MPT sobre assédio moral

Promotores do Ministério Público do Trabalho ficaram surpresos com a conduta da Embasa, que não enviou representante para audiência de conciliação em Juazeiro, na última quarta (3), sobre a prática de assédio moral na unidade regional da empresa em Senhor do Bonfim. A ausência da Embasa foi um verdadeiro vexame, pegou muito mal e foi vista como desrespeito pelos promotores do MPT.

Após longa e minuciosa investigação, a promotoria concluiu que houve assé-

dio contra trabalhadores, comprovando denúncia feita pelo Sindicato, e por isso iria propor um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A arrogância da Embasa ao não comparecer à audiência deu a entender que a empresa desdenha da ação do Ministério Público do Trabalho e que corrobora com a prática do assédio moral. Isso, no entanto, gera consequências: uma coisa é adequar sua conduta a um TAC, outra bem mais grave é sofrer punição através de ação a ser oferecida pela promotoria à justiça.

Trabalhadores (as) de Pião Arcado podem deflagrar greve esta semana

O desrespeito com a categoria tem sido a tônica no Saae de Pião Arcado e isso pode resultar numa greve, uma vez que é crescente o nível de revolta dos (das) trabalhadores (as). Há três anos a gestão não concede reajuste, havendo perdas salariais girando em torno de 20%. Vários trabalhadores estão com até quatro férias sem receber a gratificação equivalente e, mais grave ainda, até agora não foram quitados os salários de fevereiro e março. É grande o nível de endividamento da categoria nos

mercados para aquisição de alimentos.

Por conta disso, e na falta de diálogo com a gestão da autarquia e com a Prefeitura, os (as) trabalhadores (as) irão fazer assembleia na próxima sexta (12) já com indicativo de greve de 48 horas, dias 22 e 23, caso até lá essas pendências não sejam resolvidas. Na última quinta (4) o Sindicato tentou falar com o prefeito Afonso Mangueira, mas este foi representado por um assessor, que em nenhum momento mostrou interesse em resolver o conflito.



Mais dinheiro nas mãos dos empresários, no atual estágio do capitalismo, não vai para a produção, mas para a especulação no mercado financeiro.

Paulo Chiraldelli



Emasa abre negociação apresentando proposta já na primeira rodada



De forma inovadora, a Emasa (Itabuna) apresentou uma proposta de acordo coletivo de trabalho já na primeira rodada de negociação, realizada na última sexta (5), contemplando, inclusive, o reajuste salarial. Está muito abaixo do que a empresa pode oferecer, mas, de qualquer forma, o Sindicato vai analisar a proposta e dar uma resposta na próxima reunião, que está marcada para a próxima sexta (12).

O reajuste oferecido pela Emasa é de 4,13% para trabalhadores (as) que recebem o piso salarial (R\$ 1.090,00), ficando para os demais, no caso a maioria, um reajuste equivalente à metade do INPC dos

últimos 12 meses. Esse índice, vale salientar, só deve ser divulgado pelo IBGE no início de maio.

Seja para quem recebe o piso salarial, seja para quem recebe acima dele, a proposta é insuficiente, além de deixar uma perda salarial para a grande maioria dos trabalhadores. O Sindicato lembrou que, no ano passado, a direção da empresa prometeu valorização salarial para quem ganha menos, mas que até isso está sendo esquecido na proposta. Além disso, a Emasa já tem garantido um reajuste de 7% nas tarifas a partir de maio, o que irá aumentar bastante a sua receita.

Cerb e BRK abrem as negociações do acordo. Primeira reunião com Embasa é nesta quarta

Para uma primeira reunião, realizada na última quarta (3), nada a reclamar do resultado da abertura das negociações do acordo coletivo com a Cerb, empresa que tem criado muita dificuldade nas campanhas salariais dos últimos anos. Seis cláusulas foram fechadas e também foi firmado um acordo para preservação da data-base, que é primeiro de maio. Já com a Embasa temos a marcação da nossa primeira negociação para esta quarta (10).

As cláusulas fechadas não criam impacto econômico, sem deixar de lado a importância de cada uma, e mantém a redação do acordo em vigor. Foram elas: Adicional de periculosidade e insalubridade, adiantamento de benefício previdenciário, PCCS/Revisão, Envio de CAT's, deficientes físicos e mandato da Cipa. As próximas negociações (dias 10, 17 e 24) serão em torno de cláusulas dessa mesma natureza.

Os dois representantes da Cerb nas negociações, Edmundo Oliveira e Ana Carla, ambos do setor de Recursos Humanos, disseram que não tinham orientação para avançar nas discussões de cláusulas novas e as de natureza econômica. São as que, historicamente, trazem dificuldades e dificultam o fechamento dos acordos. Qualquer avanço nesse sentido depende da mobilização da categoria, que está há quatro anos sem reajuste salarial.

BRK JAGUARIBE – A campanha salarial também teve início com a BRK Jaguaribe, empresa operadora do emissário submarino da Boca do Rio. A primeira reunião aconteceu na última quinta (4), quando foram definidas as regras da negociação (modus vivendis), ficando marcada uma segunda reunião para 15 de maio, já com a divulgação do INPC e do IPCA, índices que servem de parâmetro para reajuste das cláusulas econômicas.

Audiência na Assembleia Legislativa vai discutir a gestão pública da água e os riscos da privatização

Por iniciativa do deputado estadual Marcelino Gallo (PT) e a pedido do Observatório do Saneamento Básico da Bahia, a Assembleia Legislativa vai promover audiência pública no próximo dia 2 de maio para discutir os desafios para a gestão pública os recursos hídricos e todos os arranjos de privatização da água que estão sendo colocados pelos governos estadual e federal. Assim, estará na pauta a Medida Provisória 868, através da qual a União quer forçar a venda das estatais de saneamento, além da abertura de capital dessas empresas e o uso das parcerias público-privadas (PPPs). O Sindae está apoiando essa iniciativa.

O Observatório do Saneamento convidou para discutir esses temas o secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Leonardo Góes, o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, o professor Luiz Roberto Moraes, da UFBA, o representante dos (das) trabalhadores (as) no Conselho de Administração da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, e o presidente do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), Marcos Montenegro. Representantes das empresas do setor, da OAB, da igreja, do Ministério Público e de entidades do movimento social e ambiental também estão convidadas. A audiência começará às 9 horas, no auditório da Assembleia Legislativa.

Frente pelo saneamento lança manifesto denunciando modismo privatizante e ultrapassado

O fortalecimento das estatais do setor e o afastamento das ameaças de privatização, bem como a criação de um fundo nacional de investimento e a colocação do saneamento como prioridade do estado são algumas das reivindicações contidas no manifesto divulgado pela Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental. O documento tece duras críticas à Medida Provisória 868, editada pelo golpista e ex-presidente Michel Temer, faltando três dias para o final do seu governo.

O manifesto denuncia que o governo Bolsonaro mantém a MP 868 tramitando no Congresso Nacional, pois assim como Michel Temer, também deseja a venda das companhias estaduais de saneamento, objetivo principal dessa medida. Se a MP 868 for aprovada, diz o documento, significará a

total desestruturação do saneamento básico no Brasil para atender os interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras.

O manifesto cita, ainda, que o movimento privatista no Brasil acontece “na contramão da tendência mundial pela reestatização dos serviços públicos”, como já ocorreu em Paris (França), Ber-

lim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Turim (Itália), Valladolid (Espanha), La Paz (Bolívia), Atlanta (Estados Unidos) e Johannesburg (África do Sul) e mais de 200 outras grandes cidades em diferentes cantos do planeta.

“A privatização é o modismo dos anos 90, já ultrapassado no restante do mundo, pelo desempenho medíocre das empresas privadas, a falta de investimento e aumentos abusivos de preços”, diz o manifesto da Frente pelo Saneamento Ambiental.

" A privatização é o modismo dos anos 90, já ultrapassado no restante do mundo..."

Entre o fogo e a água, a dura vida de pessoas afetadas por chuva e por estiagem

Nos últimos dias, enquanto a chuva teimava em espalhar destruição em extensa faixa do litoral e algumas regiões do interior baiano, como na Chapada Diamantina e no Oeste, a estiagem se encarregou de mostrar o outro lado de uma dura realidade: a estiagem que mata lavouras e deixa populações inteiras sem água. Seja um fenômeno, seja outro, um tempo de muita agonia.

Depois de anos sem acontecer dessa forma, fortes chuvas deixaram milhares de pessoas contabilizando estragos: plantações perdidas, estradas e pontes destruídas, casas derrubadas e famílias desabrigadas depois de perderem tudo com a invasão da água em suas residências. Um horror. De bom, barragens que estavam vazias e voltaram a sangrar. Mas onde não choveu a vida também segue dura, com rios secos, muita plantação perdida, gado morto, falta de água para consumo humano, desemprego...

Até a metade da semana passada a Bahia contabilizava 146 municípios em situação de emergência devido à estiagem prolongada. A situação foi reconhecida pelo governo do estado e valerá por 180 dias. Vão receber vários tipos de ajuda, mas sobretudo carros-pipa para abastecimento de água das famílias das cidades e das zonas rurais. A estiagem está assolando em diversos pontos da Bahia, inclusive bem perto do litoral, mas está mais cruenta no semiárido.

Contato de associados (as) com o Sindicato

Os (as) associados (as) do Sindae, relacionados (as) abaixo, devem entrar em contato com o sindicato, procurando por Kátia: Adilson da Silva Patrocínio, Angelice da Silva Vieira, Antônio Fernando Ressurreição Devita, Antônio Monteiro dos Santos, Carlos Roberto Ribeiro de Santana, Cleide Vilas Boas Fernandes, Dulce Silva Almeida, Ednaldo Quirino dos Santos, Edson Gomes Nascimento, Eládio Nascimento de Andrade, Eraldo Araújo dos Santos, Florivaldo Silva dos Santos, Francisco Xavier de Souza, Gilson Primo, Go-

dofredo dos Santos, Gumercino José de Santana, Ivana Maria de Castro, Jorge Bispo do Nascimento, José Alfeu Nogueira Neves, Linobaldo Alves Feitoza, Lourival Araújo Santos, Lourival Gonçalves Lima, Manoel Lourenço dos Santos, Maria da Graça Carvalho Souza, Onivaldo de Souza Pinto, Regina Maria Mendonça Oliveira, Roque Francisco da Conceição, Rosana Pinto Magalhães, Rosimeire Souza Oliveira, Silas Queiroz Duarte, Valdino Moreira Prates, Valney dos Santos Prado e Wilma Nascimento Oliveira.

Ex-candidato denuncia esquema para venda da Emasa, em Itabuna

A denúncia de um médico e ex-candidato a prefeito, de que a gestão municipal e vereadores teriam montado um esquema para aprovar a privatização da Emasa, tem rendido troca de ofensas em Itabuna. Nesta segunda-feira (8) a Câmara de Vereadores espera que o denunciante compareça para mostrar os dados de que dispõe sobre o tal “esquema”, inclusive indicando quem são os vereadores que dele participam e de que maneira isso acontece.

Logo que foi publicada a denúncia do ex-candidato a prefeito, feita num panfleto distribuído na cidade e também pela rede social, houve uma reunião entre vá-

rios vereadores no último dia primeiro. O presidente da Câmara, Ricardo Xavier, reconheceu que a denúncia é grave, daí ter convidado o denunciante a comparecer na casa legislativa nesta segunda à noite, a fim de prestar esclarecimentos.

A denúncia indica que um grupo de vereadores e o prefeito estariam fazendo “negociações à revelia do povo”. Diz ainda que foi contratada uma “consultoria milionária”. Seja o que for, a sociedade itabunense precisa estar atenta, pois a venda da Emasa é a privatização da água, cujas consequências são o aumento das tarifas e queda ainda maior na qualidade do serviço.

Justiça concede liminares para manter desconto das contribuições sindicais

Até o momento, a justiça brasileira já concedeu liminares a mais de 70 sindicatos e entidades, em todo o país, suspendendo os efeitos da Medida Provisória 873, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e que proíbe o desconto das contribuições sindicais na folha de pagamento. Até mesmo a entidade representativa dos servidores do Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou essa ação.

Entre essas mais de 70 liminares está a conseguida pelo Sindae, que determina a Cerb a manter o desconto. O Sindae recorreu à justiça porque a Cerb não efetuou o desconto das contribuições no mês passado. Depois alegou que houve equívoco e prometeu corrigir. Como Cetre e DAC também ameaçaram suspender o desconto no próximo mês, também vamos à justiça para manter as contribuições dos (das) trabalhadores (as).

Através dessa MP 873, Bolsonaro tenta asfixiar financeiramente o movimento sindical, na tentativa de conter os protestos da classe trabalhadora, sobretudo no momento em que deseja aprovar uma reforma da previdência que retira vários direitos e conquistas, jogando por terra o sonho da aposentadoria de milhões de trabalhadores (as), e privatizando a previdência com o regime de capitalização, entregando o dinheiro dos trabalhadores aos banqueiros.

Além de precisar ser aprovada no Congresso Nacional, a medida provisória será julgada no Supremo Tribunal, onde foram ajuizadas várias ações, inclusive da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também atingida pela MP 873. Até aqui, os juizes de primeira instância estão concedendo as liminares sob o entendimento de que a medida do governo é inconstitucional, violando o princípio da livre organização sindical.

Centrais articulam no congresso derrubada da medida que tenta calar movimento sindical

Retrato do pior ataque do governo Bolsonaro contra o movimento sindical do Brasil, a Medida Provisória 873, que suspende o desconto das contribuições sindicais pelas empresas, pode ter seus efeitos anulados no Congresso Nacional. Dirigentes das maiores centrais sindicais do país (CUT, CSB, CGTB, Força, NCST, UGT, CTB e Intersindical) estiveram reunidos com os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, na semana passada.

Maia prometeu que vai discutir a medida com o governo e marcou nova reunião com as centrais para o dia 16. Já Alcolumbre prometeu agilizar a instalação da comissão que vai apreciar a MP que, se-

gundo ele, é inconstitucional. Na Justiça, mais de 70 sindicatos já conseguiram liminares que impedem o cumprimento dessa medida. O Sindae vem acompanhando o desenrolar desse processo.

O presidente da CUT Nacional, Wagner Freitas, afirmou que o objetivo da medida provisória é retirar a sustentação financeira dos sindicatos e calar a classe trabalhadora, sobretudo nesse momento em que interessa ao governo aprovar a reforma da previdência. Lembrou que, mesmo com essa medida, as centrais estão mobilizando a classe trabalhadora, como fez em 22 de março, Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência. Várias cidades ficaram paradas, incluindo Salvador.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Comp. e Impressão: Gráfica do Sindae;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



TOMENota

TUDO MAIS CARO

Abril chegou assustando a classe trabalhadora, que só conta com um reajuste salarial por ano, e quando aconteceu de ter. Na primeira semana do mês passou a vigorar reajuste na tarifa de ônibus que em Salvador foi de R\$ 3,70 para R\$ 4,00. Nas linhas entre capital e cidades da região metropolitana o reajuste fez a passagem subir para até R\$ 7,90. O metrô, por enquanto, não subiu – mas vai subir. E para quem tem carro, a gasolina acumula alta de 5,6% este ano.

CESTA BÁSICA

Pesquisa feita em fevereiro pelo Dieese verificou alta nos alimentos que integram a cesta básica em quase todas as capitais do país, sobretudo no Nordeste. Em Salvador, a cesta básica aumentou 2,69% naquele mês, com alta acumulada este ano de 5,56%. Nos últimos 12 meses o aumento ficou em 7,83%. Para adquirir todos os produtos que integram a cesta básica o (a) trabalhador (a) teve que gastar R\$ 362,93.

ALIMENTO X SALÁRIO MÍNIMO

Com esse novo aumento dos alimentos, o (a) trabalhador (a) que ganha salário mínimo teve de separar 39,53% do seu ganho somente para adquirir a cesta básica em fevereiro. Também significa que precisou trabalhar 91 horas e 16 minutos apenas para adquirir esses produtos. E por falar em salário mínimo, o Dieese indica que ele deveria ser de R\$ 4.052,65 para garantir o sustento de uma família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, transporte e lazer.

RISCO DE CONTAMINAÇÃO

Participantes da audiência pública realizada sexta (5), em Bom Jesus da Lapa, consideraram real o risco de contaminação das águas do São Francisco pelos rejeitos químicos da barragem da Vale, em Brumadinho (MG). O medo pela contaminação da água é muito grande. Na Bahia, o primeiro município a sentir as consequências seria Malhada, na divisa com Minas Gerais. É também lá onde é captada a água para abastecer Guanambi, Palmas de Monte Alto e Caetitê. O monitoramento da água será constante.

LISTA SUJA

A Secretaria de Inspeção do Trabalho, ligada ao Ministério da Economia, divulgou na semana passada a nova lista de empresas que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, a chamada "lista suja do trabalho escravo". De-la fazem parte 202 patrões, sete a menos do que na lista anterior, divulgada em outubro do ano passado. A maior incidência de casos aconteceu em Minas Gerais (49 registros), seguido pelo Pará (22).

siga-nos: [f /sindaeba](https://www.facebook.com/sindaeba) [ig /sindaeba](https://www.instagram.com/sindaeba) [t @sindaebahia](https://twitter.com/sindaebahia) [yt /user/sindaeba](https://www.youtube.com/user/sindaeba)